

# ONUMOSZ TORNA HOJE PÚBLICO BALANÇO DO ACANTONAMENTO

O representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, prometeu sexta-feira última, em Maputo, fazer hoje o balanço final do processo de acantonamento das tropas governamentais e do movimento de Afonso Dhlakama. Tal balanço deveria ter sido tornado público na passada sexta-feira, no decurso do habitual «briefing» das sextas-feiras com a Imprensa, facto que não chegou a acontecer uma vez que o chefe da ONUMOSZ alegou na altura não dispor de dados globais que permitissem fazer uma apreciação final do processo de acantonamento.

Na mesma sexta-feira, Aldo Ajello cancelou o seu habitual encontro com a Imprensa, o qual só vai acontecer às nove horas de hoje. O Governo já tornou público que do seu lado o acantonamento das tropas terminou a 3 de Julho último.

A justificação dada pelo Executivo é de que para completar com a operação faltavam apenas por movimentar um total de 1325 soldados e 19 toneladas de artefactos bélicos para cujo transporte havia solicitado o apoio da ONUMOSZ. Ademais, o Governo clarificou também que cerca de 3814 tropas permaneceriam nos respectivos quartéis para protegerem as instalações e infra-estruturas militares, os quais, por entendimento alcançado na Comissão de Cessar-Fogo (CCF), seriam considerados como parte de tropas não acantonáveis.

Porém, o Presidente da Comissão de Cessar-Fogo (CCF), o Coronel italiano Pier Giorgio Segala, disse sexta-feira última que até ao dia 3 de Julho, data que o Governo anunciou ter concluído com a operação, nem o movimento de Afonso Dhlakama tinha terminado com a movimentação das suas tropas para as 49 áreas de reunião e acomodação abertas pela ONU.

O próprio informe diário da Unidade Técnica de Desmobilização da ONUMOSZ dava a entender que o processo ainda estava por concluir, uma vez que o mesmo dizia que para além dos 3814 militares não acantonáveis e 1325 soldados cujo transporte está a cargo da ONUMOSZ, o Governo deveria ter enviado na sexta-feira passada mais 2327 tropas para as áreas de acantonamento.

Lembre-se que oficialmente a

operação deveria terminar a 1 de Julho último, mas a pedido do Governo observou-se uma moratória até 8 de Julho.

## A RESPONSABILIDADE É DA ONUMOSZ

Durante a semana finda, o Governo apresentou a sua versão dos factos no decurso de uma entrevista concedida pelo Major Eduardo Lauchande, da delegação governamental na Comissão de Cessar-Fogo (CCF).

Segundo a óptica do Executivo, os cerca de 7500 soldados do Governo reportados pela Unidade Técnica de Desmobilização da ONUMOSZ como efectivos remanescentes têm a sua explicação: cerca de 2800 militares correspondem aos soldados movimentados para as áreas de reunião e acomodação mas que não puderam dar entrada nestes locais porque os centros encontravam-se na altura superlotados.

Eduardo Lauchande fez questão de aclarar que estes efectivos encontravam-se em redor dos centros aguardando o seu descongestionamento.

Disse também que outros cerca de 1300 soldados tinham problemas de mobilidade e aguardavam apoio já acordado com a Missão das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOSZ), para o seu transporte para as áreas de reunião e acomodação. Os restantes cerca de 3500 — referiu — são aqueles que têm a missão de garantir a protecção de infra-estruturas militares.

Com respeito às tropas que se encontram estacionadas em redor dos centros, o Major Eduardo Lauchande

defendeu que o Governo cumpriu com a sua responsabilidade no que se refere ao acantonamento desses soldados, ao movimentá-los até aos locais de acomodação e que cabia à ONUMOSZ acelerar a desmobilização para permitir a entrada dos soldados que se encontravam em redor dos centros.

«Os números estão claros. O que não está claro para o Governo é compreender qual a dificuldade da ONUMOSZ em reconhecer que de facto nós (Governo) já

demos por terminado o acantonamento das nossas tropas e comunicámos isso no dia 4 de Julho. Este posicionamento parcial pode concorrer para perigar todo um processo que nós (Governo) temos estado a encarar com a devida seriedade, responsabilidade e muita das vezes com tolerância» — comentou fonte governamental em contacto com o «Notícias».

A fonte acrescentou que «como o Governo provou estar engajado em levar a bom termo este processo, há forças externas que, socorrendo-se em detalhes de aritmética, procuram a todo o custo criar um problema onde ele não existe, para colocar o Governo numa posição de réu junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas».